revista venezolana de estudios de la mujer
Vol. 31, Nº 66 I, julio-diciembre 2026

Mulheres indígenas na retomada do matriarcado ancestral: a luta pela cura do feminino e da mãe terra

Mônica Cristina Brandão Dos Santos Lima (Mônica Lima Mura)

Professora PhD da Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maraka'nã (UIPAM), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC). Coordenadora de Medicina Ancestral Matrilinear, do Coletivo Matriarcado Ancestral e integrante do Coletivo Educação Solidária

Amanda Mara Lopes De Oliveira Goytaká

Historiadora e Professora da Universidade Pluriétnica Aldeia Maraka'nã e membra do coletivo Matriarcado Ancestral.

Marcia Ribeiro Ramos

Psicóloga Mestra em relações étnico-raciais, colaboradora da Universidade Pluriétnica Aldeia Maraka'nã - UPAM e membra do coletivo Matriarcado Ancestral.

Alexandra Vasconcelos Campos

Historiadora e especialista em Culturas Populares e Tradicionais, produtora rural e cultural, integrante do Colegiado Territorial Rural da Bahia da Ilha Grande e da coordenação dos Coletivos Matriarcado Ancestral, Educação Solidária e Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro.

Resumen

O texto destaca a profunda presença histórica, o legado cultural e a resistência contínua dos povos indígenas no Brasil contra a apagamento sistêmico e o colonialismo. Enfatiza que a ancestralidade indígena, as identidades e a liderança do matriarcado ancestral são essenciais para a sobrevivência coletiva e a preservação ambiental.

PALABRAS CLAVES: resistência indígena, herança cultural, matriarcado ancestral

Summary

The text highlights the profound historical presence, cultural legacy, and engoan resistance of Indigenous peoples in Brazil against systemic erasure and colonialism. It emphasizes that Indigenous ancestry, identities, and the leadership of ancestral matriarchy are essential for collective survival and environmental preservation.

KEYWORDS: indigenous resistance, cultural heritage, ancestral matriarchy

"Quando uma mulher indígena é violentada, toda a comunidade indígena é violentada também."

A população indígena mundial representa cerca de 5% e protege mais de 80% da biodiversidade do planeta (RAYGORODETSKY, 2018). Contudo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2022), no Brasil, quase metade dos povos originários sequer possui acesso à água potável. No censo de 2022, o número de indígenas autodeclarados passou de cerca de 896 mil, em 2010, para aproximadamente 1,7 milhão, em 2022, um crescimento significativo de 89,7%, representando 0,83% da população brasileira, com maioria em contexto urbano.

Segundo o Censo, a cada três indígenas autodeclarados, dois estão em cidades. Somente na cidade do Rio de Janeiro, foram registrados 6.939 indígenas (GOYTAKÁ, 2024). Ao contrário do que o senso comum imagina, cerca de 63% dos indígenas estão nas cidades e 86,7% dos municípios brasileiros contam com a presença de indígenas autodeclarados. Ou seja, os indígenas estão presentes em quase todo o território nacional. Cerca de 60% dos indígenas são mulheres[1] e elas são também as maiores vítimas de violência no país.

É generalizada a violência que os povos indígenas sofrem pelo projeto de desenvolvimento do colonialismo moderno em curso, mercadológico, representado pelas grandes corporações e o agronegócio, colocando as vidas em risco cotidianamente. O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT-2024) revela que quem mais morreu nos ataques foram os indígenas (5 das 13 mortes). A luta pela terra representa 80% dos conflitos registrados. Entre os envolvidos, 29% eram indígenas e, em 79% das tentativas de assassinato, as vítimas também eram indígenas.

No entanto, quando o tema é violência de gênero, as maiores vítimas são as mulheres: uma em cada três mulheres indígenas já sofreu violência sexual ao longo da vida, segundo dados da ONU. Segundo o Instituto Igarapé, entre 2000 e 2020, houve um aumento de 167% no número de feminicídio de mulheres indígenas[2]. Observando esses dados, constatamos a urgente necessidade de construção de atividades e oficinas que fortalecessem estas mulheres na sua espiritualidade ancestral, saúde socioemotiva e autodefesa.

Foi com este objetivo que nasceu o coletivo Matriarcado Ancestral. Criado em 2021, como

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022*. Governo Federal, 7 ago. 2023. Disponível em:https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022 Acesso em: 6 jun. 2025.

2 Emancipação Socialista. Dia Internacional de Luta da Mulher: Assassinato de Mulheres Indígenas, Crise Humanitária e a Expropriação de Riquezas. Disponível em: https://www.emancipacaosocialista.org/2024/dia-internacional-de-luta-da-mulher-assassinato-de-mulheres-indigenas-crise-humanitaria-e-a-expropriacao-de-riquezas/ Acesso em: 07 jun. 2025.

resultado do Laboratório de Protagonismo Feminino (LPF) da Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maraka'nã (UIPAM), tem o objetivo de reunir mulheres indígenas em retomada e apoiadoras. Composto por diversas etnias, como Mura, Xukuru, Pataxó, Guarani, Goytaká, Puri, Tupinambá, Xavante, Cariri, Marajoara, Guajajara, dentre outras, o grupo possui três núcleos: socioambiental e socioemotivo, educação contracolonial e bem-viver. Os três têm como objetivo colaborar com a visibilidade e a divulgação das culturas indígenas, em especial com o protagonismo das mulheres indígenas.

Apoiar mulheres indígenas que sofrem violências é o foco do coletivo, contudo, a invisibilidade e a falta de capilaridade na divulgação e implementação da cosmovisão indígena impacta fortemente esse cenário. Um dos objetivos é promover o letramento racial e étnico da população brasileira, em especial a karioca, resgatando as mais de 305 etnias e mais de 274 línguas indígenas, ainda existentes, apesar do constante etnogenocídio, memoricídio e embranquecimento do país por mais de 524 anos.

O Matriarcado pretende visibilizar parte dessas línguas e etnias indígenas, com o protagonismo feminino no movimento de contracolonização das práticas sociais, buscando uma reconexão ancestral entre as pessoas e o território onde habitam. O projeto específico socioambiental e socioemotivo no Rio de Janeiro, sobretudo nas aldeias Maraka'nã, Mata Verde Bonita e Portal da Floresta Ancestral, busca fomentar a educação para o consumo e descarte consciente de resíduos, estimulando, a partir da cosmogonia indígena, reduzir o consumo por meio do reuso.

Dessa forma, há práticas como a do bazar de utensílios e roupas, a convivência e confluência dos povos indígenas aldeados ou em meio urbano e a inter-relação de apoiadores com e como natureza. O intuito é promover o resgate da convivência harmônica e respeitosa com a multiplicidade étnica existente no território de Pindorama. Esta reconexão com a natureza é um movimento espiritual e social de retomada dos valores culturais dos povos originários e de resistência, onde a mulher indígena ou em retomada de sua ancestralidade indígena ocupa o seu lugar, para romper com os paradigmas de destruição da natureza impostos pelo colonialismo de ontem e hoje, euronorteamericano, neoliberal e moderno, dos homens brancos do século XV até os dias atuais.

Não existe indígena fora de seu território, já que todo o Brasil é, antes de tudo, terra indígena. Portanto, há quase vinte anos a resistência da UIPAM está em construção, uma pluriversidade autônoma indígena com sede no coração da cidade do Rio de Janeiro, em consonância com todas as entidades representativas do território karioca e extensivo a todo o território nacional. Tanto a Aldeia Maraká'nã, quanto a UIPAM são pluriétnicas e pluriversais (LIMA, 2024). Lá, foi contruída uma oca da Jurema, como parte do compromisso espiritual do Coletivo Matriarcado Ancestral, que ancora toda a força necessária para as lutas político-sociais, com diversas formas de atividades e resistências desse território ancestral.

A universidade indígena Karioca, a UIPAM, pleiteia o reconhecimento de suas atividades e contribuições sociais junto ao Ministério de Educação (MEC), visto já atuar com diversas outras entidades no Rio de Janeiro, tais como Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Estácio de Sá, Universidade Augusto Motta (UNISUAM), entre outras. A participação se dá por meio de debates, conferências, congressos, seminários, feiras ambientais e afins. Também já foram realizado seminários internacionais, como o que ocorreu em parceria com a UERJ e a Universidade indígena do México3. Recentemente, foi formalizada a colaboração com a Universidade Autônoma Comunal de Oaxaca (UACO) e a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).



Roda de conversa do Coletivo Matriarcado Ancestral, na Aldeia Maraka'nã
Fonte: Dayse Alves, 2025.

O coletivo atua, ainda, em escolas públicas e privadas, indo até as mesmas ou recebendo-as em visitas na sede na UIPAM, na Aldeia Maraka'nã, ou na Aldeia Portal da Floresta, sede-extensão do Matriarcado Ancestral, na Ilha Grande. A intenção é estabelecer contato com todas as universidades indígenas de Abya Yala (ou América Latina, como passaram a chamar esse território após invasão) e do mundo.

O grupo participa, anualmente, do encontro de mulheres indígenas, na aldeia Pataxó Hã Hã Hae, no município de Paraty, fazendo parte do Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária da Costa Verde, com o intuito de fomentar uma rede de economia solidária na

3 Jourdan, Camila; BASTOS, Danielle (orgs.). *Encontro internacional por uma universidade autônoma indígena no Brasil pensada, gerida e administrada por indígenas* [livro eletrônico] / -- 1. ed. – Porto Alegre: Editora TerriED, 2024. Disponível em (https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:5aeec10d-370b-4f5b-a1a2-f764cda4f0d0). Acesso em junho de 2025

região da sede, a Aldeia Portal da Floresta, em Ilha Grande. Estando presente nos dois encontros do Festival de Economia Solidária e Tradicionalidades do Abraão (FESTA), organizado pelo Fórum de Economia Solidária de Angra dos Reis, no qual atua enquanto empreendimento econômico solidário, reconhecido no CADSOL do Governo Federal. No fórum, o coletivo faz parte da Secretaria Executiva e participa também de eventos, como o Festival da Primavera, cooperando com o Coletivo Educação Solidária, em oficinas de educação ambiental, realizados na Casa de Cultura Constantino Cokotós, em Ilha Grande. Nacionalmente, participa do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília; o encontro das mulheres indígenas, em Mato Grosso; da Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, e da Conferências Nacionais de Mulheres Indígenas, além de outros eventos, em diversos Estados brasileiros, como Espírito Santo e São Paulo, por exemplo.

A partir da constituição de novos órgãos públicos voltados aos povos indígenas — presididos, pela primeira vez na história do Brasil, por lideranças indígenas —, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a nomeação da primeira presidenta indígena do Museu dos Povos Originários, no Rio de Janeiro, teve início as interlocuções com essas instituições, com vistas, que buscaram estabelecer parcerias institucionais e fomentar debates sobre o reconhecimento dos povos indígenas em contexto urbano e a legitimidade de seus territórios.

As mulheres indígenas do coletivo Matriarcado Ancestral estão engajadas na luta pela demarcação dos territórios e preservação da cultura dos povos originários, no combate à violência contra os povos indígenas, principalmente as mulheres e crianças, e na desconstrução do patriarcado e, conseqüente, reconstrução do matriarcado. São prioridades do coletivo a curto prazo: a formalização de uma entidade representativa de ativistas indígenas, com o objetivo de dar autonomia e alcance às suas ações; a preservação da cultura, do bem viver e da saúde socioafetiva, a partir da Medicina Ancestral Matrilinear e de rituais da Jurema, a medicina do Matriarcado (SILVA, 2025); trabalhar pela contracolonização dos saberes e dos currículos de instituições de ensino; realizar turismo de base comunitária e desenvolver a manutenção da autonomia política e financeira.

Em parceria com a Nativa da Ilha, microempreendimento de uma das ativistas do coletivo, são realziadas atividades, como oficinas de formação e saúde contracoloniais e pelo bem viver, além de instalações artísticas. Também houve oportunidade de comercializar produtos do coletivo, como alimentos, medicinas, artesanatos etc., para contribuir com a autonomia financeira, política e social, plantando um futuro através do turismo de base comunitária, para contribuir também com a manutenção/equilíbrio dos ciclos e saúde ecossistêmica dos territórios nos quais atuam. Os cursos que o coletivo realiza atualmente, na UIPAM e em outros espaços, são: Medicina Ancestral Matrilinear, Saúde Socioambiental e Socioafetiva, Arte Indígena, Economia Solidária e Formação

para Aplicação da Lei 11.645/08, entre outros.As ações do coletivo contribuem para o fortalecimento da rede de segurança entre as mulheres (e seus filhos menores) em risco de vida; da rede de afeto, confiança e solidariedade entre mulheres; da autonomia, autogestão e a independência; da formação política para as mulheres e seus filhos; do manejo indígena da terra com plantio, alimentação, horta, plantas medicinais e regeneração do solo, além do trabalho psicológico, emocional e espiritual, com medicinas da floresta, visando a saúde integral, o bem viver e a redução do etnogenocídio. .

O Matriarcado Ancestral existe para construir uma rede de afeto, confiança, solidariedade, espiritualidade e autodefesa, para mitigar os efeitos adoecedores da violência do etnogenocídio contemporâneo, sofrido em pleno século XXI pelas mulheres indígenas. O coletivo partiu da necessidade imediata de acolher e proteger mulheres indígenas e suas crianças em situação de risco, violência ou vulnerabilidade socioeconômica, consequência da luta pelo território, intolerância religiosa, violência sexual, de gênero e/ou por relações abusivas. A sede de apoio é o território Aldeia Portal da Floresta, na Ilha Grande, uma extensão do LPF da UIPAM. Há, ainda, a intenção de estimular a construção coletiva de mais espaços seguros, como Aldeias (espaços de cultivo e integração entre os elementos e ciclos naturais) e casas de mulheres, para o aprofundamento do trabalho em rede de confiança com a espiritualidade da Jurema (a força do Matriarcado Ancestral).

Atualmente, o coletivo Matriarcado Ancestral faz parte do Mapa de Coletivos de Mulheres do Brasil, da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), documento construído em colaboração com o Instituto Socioambiental (ISA)[4].

Lutamos por Justiça!! Queremos que parem de nos matar!

Nos últimos anos, o conflito tem se acirrado e é possível citar como exemplo os assassinatos de Priscila Xavier Lima[5], indígena da Aldeia Catarina Paraguassú Pataxó Hã Hã Hãe, no Sul da Bahia, em 15 de outubro de2023, sobrinha de uma das mulheres que compõem o Coletivo, a Majé Rita Tupinambá. Infelizmente, pouco tempo depois, outra indígena do coletivo foi assassinada no mesmo território, no Sul da Bahia, em

4 Instituto Socioambiental. Mulher indígena, sua organização está no mapa: ANMIGA e ISA fazem mapeamento. Disponível em:https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mulher-indigena-sua-organizacao-esta-no-mapa-anmiga-e-isa-fazem-mapeamento. Acesso em: 07 jun. 2025.

5 Pauta Blog. Violência. Mulher indígena é encontrada morta e com sinais de violência em Pau Brasil. Disponível em: https://pauta.blog.br/xilindro/violencia%E2%9D%97-mulher-indigena-e-encontrada-morta-e-com-sinais-de-violencia-em-pau-brasil/ . Acesso em: 07 jun. 2025.

21 de janeiro de2024: a Majé Fátima Tupinambá[6], a Nega Pataxó Hã Hã Hãe, irmã de Majé Rita Tupinambá e também tia de Priscila.

As Juremeiras (Xamãs que compõem, atualmente, o Coletivo Matriarcado Ancestral) vêm sofrendo constantes ameaças e intolerância religiosa, fazendo com que,para protegerem suas vidas, tenham que sair de suas Aldeias, As majés Alma Kazure, do Povo Xukuru, e Rita Tupinambá, xamãs, além de outras mulheres, passaram pela Aldeia Portal da Floresta. É preciso ressaltar, ainda, os inúmeros assassinatos de mulheres indígenas no Território Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, e Brasil afora, conforme amplamente noticiado pelas mídias, inclusive oficiais.

O contexto atual da organização

Como fundamento, a intenção é desconstruir, ainda que com micropolitica, o patriarcado e reconstruir o matriarcado, que nunca deixou de existir na prática, pois sempre foram, ainda são e sempre serão as mulheres que constituem a base real da sociedade, "carregando o mundo nas costas", embora sejam os homens que estejam no poder. Há o desejo de expandir o campo de atuação cada vez mais e, para isso, será preciso construir mais espaços seguros para as mulheres e suas crianças, pois enquanto é escrita essa escrevivência, há muitas mulheres e seus núcleos familiares sob risco de vida concreto na realidade. Se faz necessária a construção de espaços de autocuidado e fortalecimento entre as integrantes, pois, apesar de muitas estarem juntas, são inúmeros os problemas cotidianos do patriarcado sistêmico, que afetam e afastam na materialidade, e acabam isolando e enfraquecendo, reforçando a estratégia colonialista do "dividir para dominar".

O território Aldeia Portal da Floresta, em Ilha Grande, tem sido, dentre outros, um dos locais de base de encontros, rituais, formações, oficinas e acolhimento de mulheres que estão em situação de risco/violência. Por ser um lugar distante e isolado, em uma ilha, na floresta e liderado por mulheres indígenas, garante a segurança e a integridade destas (no entanto, atualmente, o espaço encontra-se ameaçado), além de promover sua saúde socioemocional e espiritual, conectada à natureza e à Medicina Ancestral da Floresta.

Para avançar em nas ações e na captação de recursos para retirar mais mulheres indígenas (com seus filhos) da violência em que vivem seria primordial formalizar o

6 Intercept Brasil. Policiais da Bahia torturaram indígena, abriram passagem para ruralistas e negaram socorro a Nega Pataxó. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2024/02/09/policiais-da-bahia-torturaram-indigena-abriram-passagem-para-ruralistas-e-negaram-socorro-a-nega-pataxo. Acesso em: 07 jun. 2025.

coletivo Matriarcado Ancestral, como uma Associação de mulheres Indígenas. Também seria importante que lideranças, autoridades, movimentos e instituições nacionais e internacionais comprometidas com justiça e direitos sociais apoiassem os projetos desenvolvidos na Aldeia Portal da Floresta, que buscam a soberania alimentar e têm o intuito de minimizar a crise climática, além de impedir que mulheres com seus filhos continuem a ser violentadas. A criação de uma estrutura jurídica (associação) fornecerá segurança jurídica à luta do coletivo e ampliação da sua rede, promovendo maior acolhimento, diálogo com a ancestralidade e confluência de cosmovisões.

O primeiro grande encontro do Coletivo Matriarcado Ancestral, para rever e referendar princípios e objetivos, ocorreu em junho de 2024, em Vargem Grande, no Rio de Janeiro. No primeiro dia, o grupo honrou o sangue de Priscila Pataxó Hã Hã Hãe e da Majé Nega (Fátima Tupinambá), assassinadas durante a luta pelo território, com uma homenagem e com a realização do Ritual da Jurema Sagrada, que trabalha a medicina matriarcal espiritual conduzido pela Majé Rita Tupinambá. Neste Encontro, também foi construído um Regimento Interno, para servir de base para a construção coletiva de uma entidade de mulheres indígenas, com personalidade jurídica instrumentalizada para realizar mais ações, captar recursos e subsidiar as bases de articulação de mulheres para a autodefesa, diante do contexto de violência sofrido, sobretudo, na luta pelo território que, em 2024, culminou em mais assassinatos brutais das lideranças políticas e espirituais. A organização também pretende enfrentar de forma contundente a violência que a Aldeia Portal da Floresta, liderada pela indígena Mônica Lima Mura, está passando na Ilha Grande. Importante lembrar que quem habitava a Ilha Grande nos primórdios também eram os povos originários.

Os povos indígenas vêm combatendo as violências e, a cada ação progressista, são esperadas reações conservadoras de violência ativa, crescente e contundente. Portanto, as violências só aumentam e a ira das grandes empresas do agronegócio se volta contra os povos originários, sendo as mulheres, crianças e idosas indígenas as partes mais afetadas nessa relação de poder. Como já afirmado por Sueli Carneiro, "a invisibilização paira sobre o sujeito negro" (SILVA, 2023, p. X). Desde a ocupação, em 1500, essa realidade se desdobra de forma ainda mais brutal sobre as mulheres indígenas, que nunca deixaram de resistir (CAMPOS, 2025).

A rede vem se ampliando e se fortalecendo nas ações de autogestão, com o plantio com as mulheres (e suas crianças) e os rituais espirituais, vivenciando os ensinamentos dos ancestrais. A atuação acontece na formação política de caráter teórico-prático, feita a partir da confluência dos saberes, ciências e tecnologias das pedagogias ancestrais indígenas, populares e libertárias, com ferramentas aplicadas aos princípios da economia solidária, para contribuir na autonomia financeira e acolhimento de mulheres.

Além de promover cursos, giras de conversa, participação em congressos, atividades socioambientais, formações de professores, formação em saúde aplicadas à Medicina Ancestral Matrilinear, há a articulação nos encontros Anuais de Mulheres Indígenas. em Brasília. que culmina com a Marcha das Mulheres Indígenas, no Acampamento Terra Livre, nas assembleias Kuñangue Aty Guassu, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, nos encontros com a Associação de Mulheres Indígenas Catarina Paraguassú, do Sul da Bahia, e com o Fórum de Economia Solidária de Angra dos Reis, local onde funciona a base da Aldeia Portal da Floresta.

Atividades do Coletivo

A Rede de Mulheres Indígenas, em retomada e apoiadoras do Coletivo Matriarcado Ancestral, tem se expandido e fortalecido em ações de autogestão, autodefesa, autocuidado, plantio de medicinas e rituais espirituais. Essas práticas são organizadas em conjunto com outras mulheres, sempre orientadas pelos ensinamentos ancestrais, especialmente através do Ritual da Jurema Sagrada, uma medicina tradicional que carrega a força do feminino. Com o LPF da UIPAM, o coletivo atua na formação política teórico-prática, que se fundamenta nos saberes indígenas, ciências, tecnologias e cosmovisões, utilizando ferramentas pautadas nos princípios da economia solidária para promover a autonomia financeira e o acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. O curso de Medicina Ancestral Matrilinear é desenvolvido honrando os princípios da oralidade ancestral dos saberes transmitidos de geração em geração, promovendo aulas práticas sobre o uso de plantas da floresta, medicina fitoenergética e seus aspectos espirituais, que se diferenciam dos paradigmas da medicina dominante.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) admitiu que 40% dos remédios produzidos pela indústria farmacêutica hoje, vêm do conhecimento indígena7. Além disso, há uma formação política, sociológica, filosófica, biológica, literária, artística, cultural e espiritual que integra o manejo sustentável do território e o plantio de sementes crioulas, promovendo uma conexão profunda com o cosmos e a natureza, buscando também soluções para a crise climática e a soberania alimentar.

A cura no contexto da crise climática

Tendo em vista tratar-se de um coletivo pluriétnico, ou seja, formado por mulheres indígenas de diferentes etnias, em processo de retomada de sua ancestralidade

7 Organização Mundial da Saúde (OMS). Estatísticas de saúde mundial. Genebra, Suíça: OMS; 2019. Disponível em: https://bacananews.com.br/oms-afirma-que-40-dos-remedios-para-enfermidades-e-dores-vem-da-sabedoria-dos-povos-indigenas/. Acesso em: 07 jun. 2025.

indígena, e apoiadoras, as colaboradoras deste coletivo mostram a força que possuem para liderar a construção de práticas socioambientais que possam convergir para o acesso das pessoas à saúde integral, à igualdade de gênero, às práticas alimentares saudáveis, à preservação dos patrimônios hídricos e à proteção do solo, e pela valorização e respeito das diversas práticas espirituais e culturais indígenas . Assim, o coletivo atende a um chamado espiritual de luta pela preservação da natureza, e de combate ao apagamento das diferentes culturas indígenas, preservando os seus saberes em território urbano ou não.

O Matriarcado Ancestral possui um papel fundamental no movimento de contracolonização das práticas socioambientais, buscando uma reconexão ancestral entre os indivíduos e o território onde habitam, partindo do conceito do próprio corpo como território, visando potencializar assim as práticas de produção, consumo e descarte, respeitando os ciclos da natureza e seguindo os princípios dos povos originários, bem como a relação deles com a natureza e a convivência com a multiplicidade étnica existente no território Pindorama. Esta reconexão com a natureza é um movimento espiritual e socioambiental de resgate dos valores culturais e de resistência dos povos originários, onde a mulher indígena, ou em retomada de sua ancestralidade indígena, encontra o seu lugar de fala para romper com os paradigmas de relação com a natureza, impostos pelo colonialismo, racismo e patriarcado euro-americano do século XV até os dias atuais.

Atendendo à espiritualidade e fortalecendo o movimento contracolonial na sociedade contemporânea, o Matriarcado Ancestral tem a necessidade de combater:

1. O apagamento das culturas indígenas, causado pelo colonialismo e racismo estrutural;
2. As diversas formas de violência do patriarcado contra a mulher, em especial contra a mulher indígena e em processo de retomada;
3. A criminalização (Art 284. Código Penal, 1890) e desvalorização da medicina matrilinear da floresta, que sofre impactos, tanto pela destruição das matas, como pela perseguição aos rituais das majés, juremeiras, parteiras, rezadeiras, benzedeiras, pajés e xamãs;
4. A destruição de áreas verdes, que é um dos fatores de aumento do aquecimento global, a desertificação dos solos e a crise climática;
5. A poluição dos recursos hídricos, dando atenção especial aos mares e oceanos, por conta do movimento mundial da Década do Oceano (2021-2030);
6. As relações de produção e consumo, que não observam a poluição e o esgotamento dos recursos da natureza;

7. A fome ou envenenamento causados pelo consumo de alimentos transgênicos, contaminados com agrotóxicos ou outros venenos, o consumo de ultraprocessados e alimentos embalados, além da escassez de alimentos.

8. A vulnerabilização das mulheres frente ao patriarcado, à misoginia, ao preconceito e ao machismo, ao racismo estrutural e institucional.

As ações dos coletivos formados em comunidades de base, melhoram a qualidade de vida das pessoas que habitam determinado território. Por isso, o coletivo Matriarcado Ancestral atua no mesmo sentido, entendendo que a contrapartida social oferecida por estas ações é construir uma relação harmoniosa e equilibrada entre os indivíduos, o território/corpo/memória, o ambiente e todos os seres viventes, através do desenvolvimento de um processo de reconstrução da identidade da comunidade, criando uma relação de pertencimento e respeito à ancestralidade, à espiritualidade e à natureza.

Devolver a uma geração um ambiente saudável e que respeite a espiritualidade dos povos originários é um dever da sociedade como um todo e o Matriarcado Ancestral propõe a integração entre os eixos indivíduo – comunidade (comum unidade) - espiritualidade – ambiente – medicina matrilinear da floresta (matriarcado), como base estruturante para a melhoria da qualidade de vida e promoção do bem viver de uma sociedade, abrindo caminho para um processo contínuo de reexistência e cura na construção do único futuro possível: ancestral y matrilinear!

A floresta na cidade: resistência e luta pelo conhecimento ancestral

Para a execução dos objetivos do coletivo, são necessários recursos que atendam às necessidades identificadas pelo matriarcado ancestral nos territórios.

Na cidade do Rio de Janeiro foi observada a necessidade de envolver as comunidades locais na utilização dos pequenos espaços urbanos, para desenvolver a cultura de plantio de espécies usadas na medicina matrilinear da floresta e também o cultivo de plantas usadas na alimentação. Esta proposta envolve a criação de sistema de compostagem para a recuperação de solo urbano, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos da comunidade local; valorização da oralidade indígena, como fonte de conhecimento da cultura dos povos originários; construção de bancos de sementes crioulas; diminuição dos efeitos do aquecimento global e da crise climática, causados pelas práticas de consumo da economia linear capitalista, do desmatamento das florestas e das políticas destruidoras mercantis do projeto de desenvolvimento do capitalismo neoliberal nacional e internacional.

Um dos exemplos de atuação do coletivo ocorre na cidade de Niterói (região de Itaipu), onde se observou a necessidade de conscientização populacional sobre a preservação da vida marinha e do sítio arqueológico dos Sambaquis, que se encontra entre as praias de Itaipu e Camboinhas (no futuro, esse mapeamento histórico dos sambaquis, junto ao trabalho espiritual e à conscientização populacional, será expandido para a Ilha Grande, pois existe muita semelhança). A área, como a maioria dos locais de turismo e lazer, contém um grave problema de descarte inadequado de resíduos sólidos, causando o sofrimento da vida marinha e dos próprios indivíduos que circulam pelo local. Para além disso, é necessário conscientizar a população sobre a importância do sítio arqueológico, como elemento de extrema importância espiritual e histórica da presença indígena naquele território, buscando, além da preservação deste sítio, também a reparação histórica para as pessoas indígenas que vivem naquele contexto urbano. O sítio arqueológico, para além da especulação imobiliária, também é bastante impactado pelos resíduos sólidos, que se encontram nas praias próximas, o que invisibiliza a importância histórica deste território para a sociedade atual.

Outro exemplo de degradação ambiental, encontrado em todas as cidades brasileiras, ocorre na cidade de Nova Iguaçu (Tinguá). O Matriarcado Ancestral observou a alta necessidade da reconstrução histórica das práticas culturais indígenas. Esta região é situada em um espaço geográfico em que há o predomínio da economia rural e do turismo ecológico. Há bastante tempo vem sofrendo a ação da expansão imobiliária e se distanciando cada vez mais dos saberes dos povos originários e tradicionais. Não se encontra no local um centro de tradições das culturas indígenas existentes antes da colonização. O Matriarcado Ancestral desenvolve ações que fortalecem as culturas indígenas no local, colaborando no resgate destas culturas, no sentido espiritual, na medicina da floresta, nas artes, na literatura indígena, no plantio e na alimentação. O matriarcado Ancestral tem como foco principal a construção de uma Oca da Jurema/Casa das Mulheres, em Tinguá, para acolher mulheres com seus filhos, que estejam em situação de risco, desenvolvendo a espiritualidade/cura com a medicina da Jurema e a autonomia, através da autogestão, do manejo indígena da terra e da confecção de artes indígenas, para desenvolver práticas de economia solidária.

O Matriarcado Ancestral espera, com estas ações, fortalecer as mulheres e as forças femininas em desequilíbrio, devido ao patriarcado e ao machismo estrutural, à misoginia e demais opressões colonialistas. O coletivo também trabalha ações de equilíbrio entre os indivíduos e a natureza, respeitando os ciclos da Mãe Terra, ouvindo a espiritualidade, melhorando a qualidade socioambiental dos territórios e a saúde integral e o bem viver da comunidade (comum unidade). Visto que, para o coletivo, não existe hierarquia entre os seres humanos e outros seres vivos, bem como entre corpo e territórios.

Na Vila do Abraão, em Ilha Grande, juntamente com o Coletivo Educação Solidária, o coletivo Matriarcado Ancestral desenvolve, desde 2021, atividades socioambientais e socioemotivas, organizadas com o intuito de sensibilizar a comunidade local, turistas e trabalhadores da Ilha Grande sobre a necessidade de respeitar o território, que é Patrimônio Misto da Humanidade, mas segue sendo impactado pelo crescimento desordenado, especulação imobiliária e turismo de massa. Já foram realizadas diversas rodas de conversa, roteiros literários, roteiros de turismo de base comunitária, conferências e festivais de economia solidária, buscando apresentar a cosmologia indígena de que todos são filhos e filhas da mãe terra e devem respeitá-la, como também ajudar a proteger a sociobiodiversidade.

As atividades práticas que o coletivo Matriarcado Ancestral tem trabalhado mais especificamente são: a) retirada dos resíduos; b) separação dos resíduos para descarte adequado em coleta seletiva e venda, para arrecadação de recursos a serem destinados ao Matriarcado Ancestral; c) trabalho de recuperação do solo em canteiro de praça pública e plantio de ervas medicinais, árvores frutíferas e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) em praças; d) contação de histórias e teatro infantil, fazendo o resgate ancestral dos contos indígenas e brincadeiras indígenas, mandalas, instrumentos musicais e pintura com biotintas; e) criação de um banco de sementes não modificadas geneticamente (crioulas), para plantio e doação e, assim, fugir do mercado do agronegócio (intergeracional); f) captação de recursos (brechó e artes em geral); g) a retomada espiritual, socioambiental e cultural do patrimônio ancestral Sambaqui (cemitério indígena) nas Praias de Itaipu e Camboinhas (Niterói).

O papel das juremeiras no Matriarcado Ancestral

As juremeiras são vistas como líderes espirituais que preservam e perpetuam o conhecimento da Jurema Sagrada. Em muitos aspectos, essas mulheres carregam uma forma de matriarcado espiritual, em que o feminino se manifesta como o pilar de ligação com o mundo dos ancestrais e dos espíritos. Esse matriarcado também reflete a importância das mulheres nas comunidades indígenas e afro-pindorâmicas, em que a transmissão de saberes é feita de forma oral e geracional, de mãe para filha.

A espiritualidade matriarcal da Jurema Sagrada, liderada pelas juremeiras, não só preserva saberes ancestrais, como também oferece uma oportunidade para fortalecer a conexão com o passado, especialmente em um momento de busca por identidade e resistência cultural. Ao reconhecer a centralidade das mulheres em movimentos espirituais e políticos, há uma oportunidade de ampliar essa espiritualidade matriarcal, ligando-a ao presente e ao futuro. Para as sociedades originárias, o tempo é circular e não linear. Nos dizeres de Nego Bispo (2018), existe o começo, o meio e o começo, se perpetuando, a partir e através das gerações passadas e futuras. Esse legado

matriarcal ancestral, vivido pelas juremeiras, é uma peça-chave para conectar a espiritualidade das etnias indígenas com a luta e resistência. Proporcionar o elo entre as mulheres do Coletivo Matriarcado Ancestral e as juremeiras, por meio de vivências espirituais, fortalece significativamente o conhecimento e o compromisso com a missão espiritual de cuidar da Mãe Terra/Mãe Natureza. Essa conexão pode ser vista como uma aliança entre forças centrais na espiritualidade indígena, onde o feminino assume o papel de guardião dos saberes ancestrais e da natureza.

A conexão espiritual e o matriarcado

O matriarcado ancestral simboliza a relação intrínseca entre o poder feminino e a natureza. Em muitas culturas indígenas e afro-pindorâmicas, como na Jurema Sagrada, as mulheres são vistas como intermediárias espirituais, que cuidam não apenas da comunidade, mas também da terra e da natureza. Para as juremeiras, essa responsabilidade espiritual envolve práticas que honram a Terra, como uma entidade sagrada, sendo a preservação da natureza uma missão espiritual central. Ao promover vivências espirituais entre as mulheres do coletivo e as juremeiras, esse conhecimento ancestral é transmitido de forma prática e experiencial, onde rituais de conexão com a terra, uso de plantas sagradas, e a comunhão com os espíritos da natureza fortalecem o papel dessas mulheres como guardiãs espirituais da Mãe Terra.

Esses encontros permitem às mulheres do Coletivo Matriarcado Ancestral vivenciarem, integrarem e confluírem saberes que envolvem o cuidado com a natureza e a preservação da vida em todas as suas formas. A espiritualidade da Jurema Sagrada não separa o mundo espiritual do mundo material, ao contrário, vê a natureza como o canal através do qual o sagrado se manifesta. As juremeiras, por exemplo, fazem uso ritualístico da árvore da Jurema, uma planta sagrada, que conecta os praticantes ao mundo dos espíritos. Ao aprenderem com as juremeiras sobre o uso de plantas, a preservação de territórios e o respeito aos ciclos naturais, as mulheres do coletivo Matriarcado Ancestral têm a oportunidade de se aprofundarem em práticas que promovem a conexão e o envolvimento com a Mãe Terra.

Esse conhecimento espiritual é vital para enfrentar os desafios ecológicos contemporâneos e promover o respeito e o cuidado com o ambiente, fortalecendo a missão coletiva de cuidar da natureza como um ato sagrado. Além da dimensão espiritual, essa aliança também promove um impacto social e cultural.

Considerações finais

O Brasil é e sempre será terra indígena. O maior genocídio foi sofrido pelos povos originários, pois mais de 70 milhões de indígenas foram assassinados pelo

colonizador (VIEZZER, 2020). Embora os colonizadores insistam em dizer que a população indígena se resume a apenas cerca de 1% do território nacional e que indígenas são apenas os aldeados, esse discurso faz parte de um projeto de branqueamento populacional e de invisibilização de uma identidade nacional racializada de povos originários e quilombolas. Se 65% dos autodeclarados pardos se encontram na Amazônia legal, significa que, provavelmente, cerca de quase 30% dos 45% autodeclarados pardos, possivelmente, são indígenas. Assim, o país teria cerca de 25% de pessoas negras e 30% de indígenas, em um total de cerca de 55% de população racializada para 43% de brancos. Essa é uma das reflexões que pode ser levantada, além de diversas outras características culturais.

Linguisticamente, a hegemonia afirma que falamos português, contudo, podemos destacar diversas palavras de origem indígena presentes hoje no vocabulário brasileiro, inclusive, nomeando cidades, como Niterói, por exemplo, a primeira cidade fundada por um indígena no Brasil. A maioria dos nomes de localidades e comidas são em Tupi-Guarani, como Jacarepaguá, Copacabana, Tinguá etc. Na culinária, ocorre exatamente o mesmo e ainda é possível citar alguns hábitos culturais, como tomar banho e dormir em rede. Enfim, são inúmeras as características indígenas que permanecem na sociedade, embora invisibilizadas por um projeto de etnogenocídio e memoricídio. E, atualmente, ecocídio,diante da crise climática e ambiental do projeto humano civilizatório e do projeto de desenvolvimento neoliberal do capitalismo.

O matriarcado ancestral traz à tona tais contradições e apagamentos, como instrumento de fortalecimento das mulheres indígenas, que representam mais da metade dos povos originários de Pindorama (ALVES, 2025). A centralidade matriarcal é a horizontalidade dos saberes originários, para além da binaridade de gênero e do fortalecimento da diversidade, especificamente das mais de 300 etnias reconhecidas oficialmente pelo estado brasileiro. Fortalecer mulheres indígenas em retomada pressupõe a continuidade da vida e da resistência coletiva para o bem viver das populações futuras.

Referências

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2024*. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024/ . Acesso em: 07 jun. 2025.

ALVES, Dayse. *Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã: Conhecimento, Pedagogia da Floresta e Epistemiologia Indígena no Coração do Rio*. 2025 RioOnWatch 2025. Matéria disponível em: *https://rioonwatch.org.br/?p=77112*.

BISPO, Antônio dos Santos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora. *Escrevivência e identidade negra na literatura contemporânea. Afrodiáspora*, vol. 15, no. 2, 2018.

CAMPOS, Alexandra Vasconcelos. *Viagem no tempo da Ilha Grande: um roteiro de turismo literário*; apresentação Palma Grano. Rio de Janeiro: Nativa da Ilha, 2025.

EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA. Dia Internacional de Luta da Mulher: Assassinato de Mulheres Indígenas, Crise Humanitária e a Expropriação de Riquezas. Disponível em:https://www.emancipacaosocialista.org/2024/dia-internacional-de-luta-da-mulher-assassinato-de-mulheres-indigenas-crise-humanitaria-e-a-expropriacao-de-riquezas/ Acesso em: 07 jun. 2025.

EVARISTO, Conceição. Escrevivência e resistência: narrativas de mulheres negras. Estudos Feministas, vol. 28, no. 1, 2020. Escrevivência: uma estratégia de empoderamento. *Revista Afro- Ásia*, no. 47, 2013, pp. 225-235.

BASTOS, Danielle; JOURDAN, Camila (org.). *Encontro nternacional por uma universidade autônoma indígena no Brasil pensada, gerida e administrada por indígenas. [livro eletrônico]*. Rio Grande do Sul: Editora TerriED, 2024. Disponível em:.https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:5aeec10d-370b-4f5b-a1a2-f764cda4f0d0 Acesso em 06.06.2025.

GLOBAL WITNESS. Brasil é o 2º país que mais matou defensores do meio ambiente em 2023, diz ONG. *Brasil de Fato*, 10 set. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/09/10/brasil-e-o-2-pais-que-mais-matou-defensores-do-meio-ambiente-em-2023-diz-ong/. Acesso em: 6 jun. 2025.

GOYTAKÁ, Amanda Mara Lopes de Oliveira. *Muká Mukaú: os desafios da retomada identitária de indigenas em contexto urbano*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal*. Censo 2022, 7 ago. 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal . Acesso em: 6 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022.* Governo Federal, 7 ago. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022 Acesso em: 6 jun. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.htm Acesso em: 6 jun. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Mulher indígena, sua organização está no mapa: ANMIGA e ISA fazem mapeamento.* Disponível em:https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mulher-indigena-sua-organizacao-esta-no-mapa-anmiga-e-isa-fazem-mapeamento. Acesso em: 07 jun. 2025.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (Inea). *Mutirão de limpeza do Inea em Ilha Grande conscientiza população*. Disponível em: https://www.inea.rj.gov.br/74710-2/ . Acesso em: 15 jun. 2025.

. Policiais da Bahia torturaram indígena, abriram passagem para ruralistas e negaram socorro a Nega Pataxó. *Intercept Brasil.* Disponível em: https://www.intercept.com.br/2024/02/09/policiais-da-bahia-torturaram-indigena-abriram-passagem-para-ruralistas-e-negaram-socorro-a-nega-pataxo/ Acesso em: 07 jun. 2025.

LIMA, Mônica Cristina Brandão dos Santos. Duas décadas de Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maraká'nã (UIPAM): a retomada da memória e do território aldeia/universidade. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA anped – SUDESTE, 16., 2024, Vitória. Resumo expandido – Trabalho em andamento. Vitória: ANPEd, 2024. Disponível em:https://base.pro.br/sites/regionais5/docs/17509-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em: 6 jun. 2025.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. *Desigualdades em saúde de crianças indígenas*. São Paulo: NCPI, 2025. Disponível em: https://ncpi.org.br/publicacao/desigualdades-em-saude-de-criancas-indigenas/. Acesso em: 11 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: Convenção OIT nº 169. Acesso em: 11 jun. 2025.

PAUTA BLOG. *Violência! Mulher indígena é encontrada morta e com sinais de violência em Pau Brasil.* Disponível em: https://pauta.blog.br/xilindro/violencia%E2%9D%97-mulher-indigena-e-encontrada-morta-e-com-sinais-de-violencia-em-pau-brasil/ . Acesso em: 07 jun. 2025.

RAYGORODETSKY, Gleb. Populações indígenas defendem a biodiversidade do planeta, mas estão em perigo. *National Geographic Brasil*, 28 nov. 2018. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/11/populacoes-indigenas-defesa-biodiversidade-planeta-conservacao-equador-amazonia-perigo-especies . Acesso em: 6 jun. 2025.

SILVA, Deyvson Barreto Simões da. A Jurema Sagrada: religião ancestral indígena do Nordeste do Brasil no enfrentamento ao Racismo Religioso e Epistêmico. *XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. AsociaciónLatinoamericana de Sociología*, Lima, 2019. https://www.aacademica.org/000-030/1357 Acesso em: 6 jun. 2025.

SILVA, João. A invisibilização paira sobre o sujeito negro. *Carta Capital*, v. 23, n. 5, p. 45-50, 2023.

VIEZZER, Moema. Moema Viezzer fala sobre o genocídio de 70 milhões de indígenas na história das Américas. *Jornal da USP*, 22 jun. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/moema-viezzer-fala-sobre-o-genocidio-de-70-milhoes-de-indigenas-na-historia-das-americas/. Acesso em: 07 jun. 2025.